Ano 2021 (resultados anuais)

METAS NACIONAIS:

Meta 1: Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.

Meta Nacional 1: 104,08%

Meta 2: Identificar e julgar até 31/12/2021 80% dos processos distribuídos até 31/12/2019.

Meta Nacional 2: 96,28%

Meta 4: Julgar 90% dos processos referentes às eleições de 2018 e 50% dos processos referentes às eleições de 2020, distribuídos até 31/12/2020, que possam importar na perda de mandato eletivo ou inelegibilidade.

Meta Nacional 4: 138,95%

Meta 9: Integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário e realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), da Agenda 2030.

Meta Nacional 9: 100%

Meta 10: Promover a saúde de magistrados e servidores e Realizar exames periódicos de saúde em 25% dos servidores e promover pelo menos uma ação com vistas a reduzir a incidência de casos de uma das cinco doenças mais frequentes constatadas nos exames periódicos de saúde ou de uma das cinco maiores causas de absenteísmos do ano anterior.

Meta Nacional 10: 100%

META ESPECÍFICA:

AÇÕES PARA EDUCAÇÃO ELEITORAL

Promover campanhas voltadas ao eleitor para ampliar os conhecimentos sobre funcionamento do processo eleitoral.

Resultado: 75%

Ano 2020 (resultados anuais)

METAS NACIONAIS:

Meta 1: Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Meta Nacional 1: 105,69%

Meta 2: Identificar e julgar até 31/12/2020, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2018.

Meta Nacional 2: 105,85%

Meta 4: Identificar e julgar até 31/12/2020, 90% dos processos referentes às eleições de 2018, distribuídos até 31/12/2019, que possam importar na perda de mandato eletivo.

Meta Nacional 4: 111,11%

METAS ESPECÍFICAS:

Meta 1. AÇÕES PARA EDUCAÇÃO ELEITORAL - Promover campanhas voltadas ao eleitor para ampliar os conhecimentos sobre funcionamento do processo eleitoral.

Meta Específica 1: 100% de cumprimento.

QUESTIONAMENTOS	RESPOSTAS
P1 - O Tribunal possui Plano Específico que vise à promoção de ações relacionadas à meta?	SIM.
P2 - O Tribunal executou 70% das ações planejadas para 2020, a que se refere a pergunta P1?	SIM.
P3 - O Tribunal promoveu ações de aproximação com a sociedade nas redes sociais?	SIM.
P4 - O Tribunal promoveu ações de esclarecimento sobre a segurança da urna eletrônica e do processo eleitoral?	SIM.
P5 - O Tribunal promoveu ações para esclarecer ao eleitor sobre o efeito do voto nulo, branco e abstenção na eleição?	SIM.

Meta 2. PARTICIPAÇÃO FEMININA - Fomentar a participação feminina no processo eleitoral.

Meta Específica 2 – 100% de cumprimento.

QUESTIONAMENTOS	RESPOSTAS
P1 - O Tribunal possui Plano de Trabalho que vise à promoção de ações relacionadas à meta?	SIM
P2 - O Tribunal executou 70% das ações planejadas para 2020, a que se refere a pergunta P1?	SIM
P3 - O Tribunal promoveu ações sobre a participação feminina no processo eleitoral nas redes sociais?	SIM
P4 - O Tribunal promoveu ações de educação eleitoral que versem sobre a participação da mulher na política?	SIM
P5 - O Tribunal disponibilizou material, tais como: cartilhas sobre educação jurídica e eleitoral, vídeos, podcasts, etc, que versem sobre a participação da mulher na política?	SIM

Ano 2019 (resultados anuais)

METAS NACIONAIS:

META 1 – Julgar mais processos que os distribuídos (Todos os segmentos) 130,55

META 2 – Julgar processos mais antigos (Todos os segmentos) Identificar e julgar até 31/12/2019: • Na Justiça Eleitoral: 90% dos processos distribuídos até 31/12/2017; 111,00

META 4 – Priorizar o julgamento dos processos relativos a crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais (STJ, Justiça Estadual, Justiça Federal, Justiça Eleitoral e Justiça Militar da União e dos Estados) Identificar e julgar até 31/12/2019: • Na Justiça Eleitoral: 90% dos processos referentes às eleições de 2016 e 75% dos processos de candidatos eleitos nas Eleições 2018, distribuídos até 31/12/2018, que possam importar na perda de mandato eletivo;

114,29

METAS ESPECÍFICAS

IMPLANTAR O PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO (PJE) Implantar o processo judicial eletrônico (PJE) em unidades do 1º grau de jurisdição da Justiça Eleitoral

Perguntas 1	1° Quadrimestre	2° Quadrimestre	3° Quadrimestre
O cronograma	sim	sim	sim
estabelecido pelo			
TSE para a			
implantação do PJe			
em unidades do 1º			
Grau até			
31/12/2019 está em			
execução conforme			
planejado para este			
regional?			

100%

AÇÕES PARA EDUCAÇÃO ELEITORAL Promover campanhas voltadas ao eleitor para ampliar os conhecimentos sobre funcionamento do processo eleitoral.

Perguntas 2	1° Quadrimestre	2° Quadrimestre	3° Quadrimestre
O Tribunal possui	sim	sim	sim
Plano Específico			
que vise à			
promoção de ações			
relacionados à			
meta?			
O Tribunal	não	sim	sim
executou 70% das			
ações planejadas			
para 2019, a que se			
refere a pergunta			
P1?			
O Tribunal	sim	sim	sim
promoveu ações de			
aproximação com a			
sociedade nas redes			
sociais?			
O Plano específico,	sim	sim	sim
a que se refere a			
pergunta P1,			
contempla ações de			
esclarecimento			
sobre a segurança			
do voto eletrônico e			
do processo			
eleitoral?			
O Plano específico,	sim	sim	sim
a que se refere a			
pergunta P1,			
contempla ações			
para esclarecer o			
eleitor sobre o			
efeito do voto nulo,			
branco e abstenção			
na eleição?			

Ano 2018 (resultados anuais)

METAS NACIONAIS:

META 1 – Julgar mais processos que os distribuídos (Todos os segmento). 108,50

META 2 – Julgar processos mais antigos (Todos os segmentos) Identificar e julgar até 31/12/2018, pelo menos: • No Superior Tribunal de Justiça: 99% dos processos distribuídos até 31/12/2013 e 90% dos processos distribuídos em 2014. • No Tribunal Superior do Trabalho:100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 e 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015. • Na Justiça Militar da União: 90% dos processos distribuídos até 31/12/2016 nas Auditorias Militares, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2016 no STM. • Na Justiça Eleitoral: pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2016.

METAS ESPECÍFICAS

JUSTIÇA ELEITORAL IDENTIFICAR E JULGAR PROCESSOS PRIORITÁRIOS Identificar e julgar com prioridade as ações que possam importar em não diplomação ou perda de mandato eletivo, fixando-se prazo máximo de julgamento por instância.

AÇÕES PARA EDUCAÇÃO ELEITORAL Promover ações voltadas ao esclarecimento sobre os direitos e deveres do eleitor, a importância do ato de votar, a autonomia do eleitor na escolha do candidato e o exercício do voto consciente.